

**IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM
GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS 2016**

PORTO ALEGRE – RS

19, 20 E 21 DE MAIO DE 2016

GT 15: GESTÃO SOCIAL, ORGANIZAÇÕES CRIATIVAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

A GESTÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL – BAHIA SOB O OLHAR DOS ESTUDANTES DA EJA

Eduardo José Fernandes Nunes¹

Maria Raidalva Nery Barreto²

Marcos César Guimarães dos Santos³

Lilian Almeida dos Santos⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é evidenciar a gestão social da EJA no território de identidade do Sisal-BA, sob o olhar dos Estudantes, tendo em vista os resultados da pesquisa realizada pelo Observatório Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal - Bahia (OBEJA-BA), Projeto de Pesquisa financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acerca de estudos e proposições sobre a organização e a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema de ensino de seis municípios do Território de Identidade do Sisal na Bahia: Conceição do Coité, Santa Luz, Araci, São Domingos, Serrinha e Valente, com vista à (re) elaboração das Políticas Públicas Educacionais em EJA. Para construção desse artigo, foi realizada uma análise documental, referentes aos dados obtidos no decorrer do ano de 2013, envolvendo: referências bibliográficas, documentos e dados estatísticos de órgãos oficiais, informações obtidas com a aplicação de questionários e grupos focais, envolvendo os seguintes atores do processo educativo na EJA: estudantes, gestores. O levantamento sistemático e

¹ Sociólogo. Doutor em Análise Geográfica Regional pela Universidade de Barcelona. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), vinculado a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de pesquisa Teoria Social e Projeto Político-Pedagógico (TSPPP). E-mail: eduardo_nns@yahoo.com

² Licenciada em Pedagogia. Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia (IFBA). Integrante do Grupo de pesquisa Teoria Social e Projeto Político-Pedagógico (TSPPP) E-mail: raibarreto@gmail.com.

³ Licenciado em História, Mestre e Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador no Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político-Pedagógico (TSPPP/UNEB). E-mail: marcos.cesar2@hotmail.com.

⁴ Licenciada em Pedagogia. Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGedC/UNEB). Professora da Rede Municipal de Educação de Salvador – BA e do Curso de Pedagogia vinculado à Unidade Acadêmica de Educação a Distância da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Integrante do Grupo de pesquisa Teoria Social e Projeto Político-Pedagógico (TSPPP). E-mail: lilianalmeidas@gmail.com.

socialização destas informações indicam a necessidade de desenvolver ações com a finalidade de melhorar a gestão social no referido Território, mediante a (re) formulação das Políticas Públicas tais como: estímulo ao fomento de museus, teatros, bibliotecas e cinemas; criação dos centros de formação e realização de cursos extra-escolares; investimento adicional na qualificação (infraestrutura, pessoal, relacional e formativa) das escolas municipais e estaduais e melhoria nas suas vias de acesso.

Palavras-chave: EJA. Gestão Social. Observatório.

1 Introdução

As especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são marcadas pelas diversidades de sujeitos, percursos pedagógicos e intervenções de políticas públicas. Embora não tenha uma “identidade” definida, as várias experiências de reconfigurações dessa modalidade educativa brasileira permitem estruturar políticas públicas necessárias aos sujeitos que a constituem (ARROYO, 2011). Os Observatórios de Educação, como centros de pesquisa, estimulam a criação de redes de colaboração entre pessoas, interinstitucionais e, mesmo, virtuais que podem construir também relações criativas, inovadoras para a atuação no meio social.

A pesquisa intitulada “Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal (OBEJA) – Bahia: Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA”, (OBEJATIS/UNEB/CAPES), com apoio financeiro da CAPES/MEC e realizada pelo Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico (TSPPP), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/DEDC I/UNEB), contou com apoio e participação de três Departamentos de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – nos seguintes Campi: Campus I – Salvador, Campus XIV – Conceição de Coité e Campus XI – Serrinha. Destaca-se também a participação das Secretarias de Educação dos municípios envolvidos na pesquisa e dos movimentos sociais locais.

O presente tem por objetivo apresentar a Gestão Social da Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal – Bahia sob o olhar dos sujeitos da EJA, tendo como base os resultados da pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2015, em seis municípios do Território de Identidade do Sisal: Conceição do Coité, Santaluz, Serrinha, Araci, São Domingos e Valente.

A pesquisa do OBEJA utilizou como estratégia metodológica uma abordagem pluralista, através da realização de pesquisa quanti-qualitativa sobre a EJA, em seis municípios do Território de Identidade do Sisal. A pesquisa quantitativa visou traçar o perfil geral dos sujeitos da EJA mediante a aplicação de 695 questionários envolvendo estudantes, professores, coordenadores pedagógicos e gestores. Utilizaram-se, ainda, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN).

Na análise qualitativa das comunidades escolares e locais dos seis municípios envolvidos no projeto, utilizou-se de diversos instrumentos, a exemplo da Observação Participante, do Grupo Focal e da Caravana da Escuta. Foram realizadas também reuniões de investigação-ação-participativa com os movimentos e organizações sociais locais e entrevistas semiestruturadas com as instituições promotoras de ações de EJA no Território de Identidade do Sisal (Universidades, Movimentos Sociais, Municípios).

Ante o exposto, tem-se a seguinte indagação: qual o olhar dos estudantes da EJA em relação a Gestão Social da Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal – Bahia?

2 Caracterização do Território de Identidade do Sisal - Bahia

A partir das concepções de Território e de Sociedade de Milton Santos (2000, 2002) arranjos sociais e locais de cada região se organizam em unidades de planejamento e constituição de suas especificidades, e representam os espaços de vida dos que se constituem. Assim, surgem os Territórios de Identidades em todos os estados brasileiros.

Nesse contexto, o estado da Bahia, institui a lei 13.214 de 29 de Dezembro de 2014 que estabelece as diretrizes e os objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia nos seguintes princípios: função socioambiental da propriedade, da participação social, da cooperação, da dignidade humana, do desenvolvimento sustentável, da solidariedade, da justiça social e ambiental.

O Território de Identidade do Sisal (TIS) na Bahia, a partir de tais princípios, terá políticas públicas de enfrentamento das desigualdades abrangendo uma área de 21.256,50 Km² composta por 20 municípios: Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candeal, Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Valente.

A população total do território é de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. A área possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e uma terra indígena na área limítrofe com o Território de Identidade Nordeste II, sendo seu IDH médio de 0,60 (BELTRÃO, 2010). Uma das atividades basilares agrícolas do território, em alguns municípios, decorre do plantio e beneficiamento do sisal. Seu cultivo é desenvolvido em pequenas propriedades rurais e o processo de extração da fibra é praticado de modo semiartesanal, com imensos riscos para a saúde dos trabalhadores; têm gerado, ao longo do tempo, grande número de mutilados adultos, como também volumoso número de crianças, em decorrência do nível de pobreza das famílias (BELTRÃO, 2010).

A cultura do sisal que se instalou aos poucos no princípio do século XX na Bahia era utilizada para diversos fins: na produção de barbantes, cordas, cordões, cabos marítimos, entre outros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2007), o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de fibras e manufaturados de sisal, com aproximadamente 70% da exportação mundial, tendo como seus principais mercados os Estados Unidos, China e Portugal.

De acordo com o relatório, o sisal (*Agave sisalana*) foi introduzido em 1903 nos municípios de Madre de Deus e Maragojipe, no Recôncavo Baiano, provavelmente vinda da Flórida (EUA) através de uma empresa norte-americana. No entanto, só a partir da década de 1930 é que se inicia uma produção de mudas e campos de experimentação.

Com a implantação de dois campos experimentais, um em Feira de Santana e o outro em Nova Soure foram sendo distribuídas mudas para a Bahia e Sergipe, e o cultivo expandiu-se para o atual território do sisal na década de 1940. Ainda de acordo com o estudo de caso realizado pelo IBAM, atualmente, na Bahia, são 36 municípios produtores de sisal, cuja atividade envolve mais de 700 mil pessoas. O estudo informa que “o sisal, em determinadas regiões semiáridas de baixas

aptidões, tem se tornado muito mais importante do ponto de vista social do que econômico” (IBAM, 2007, p. 11).

Ao lado disso, a pequena produção familiar se fortalece a despeito dos que acreditaram que iria desaparecer, e o sindicalismo tradicional dos trabalhadores rurais, que em alguns casos agia de forma puramente assistencialista, se modificou e passou a atuar junto aos pequenos produtores familiares. O Território de Identidade do Sisal, historicamente, foi forjado pelas mãos dos criadores de gado e da pequena produção agrícola. A economia desse território, segundo Silva e Silva (2001, p. 7) “caracteriza-se por sua antiga base pecuária apoiada no latifúndio, pelo sisal, introduzido na Bahia no início do século XX, em médias e pequenas propriedades, e pela agricultura de subsistência, em minifúndios”.

Esse processo de desenvolvimento da economia do sisal não foi acompanhado por uma política educacional efetiva no território, apresentando historicamente índices elevados de pessoas não alfabetizadas. Essa ausência de educação no campo foi arrastando-se ao longo do século XX nessa região. As áreas tinham um potencial socioeconômico incrível, mas ficaram amarradas a baixos investimentos e poucas ações efetivas locais, estaduais e federais no campo da educação. Nos últimos anos, no entanto, vêm sendo feito esforços significativos na educação no campo através dos movimentos sociais, das organizações locais, e graças ao papel da universidade pública importante na formação de docentes e discentes voltados para essa área.

O Nordeste brasileiro ainda em pleno século XXI apresenta os piores índices no quesito Educação de Jovens e Adultos conforme o Atlas do Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2010, p. 110). Nesta região tem ocorrido uma redução nos últimos trinta anos de cerca de 50% do número de pessoas não alfabetizadas, ou seja, de 45% em 1980, para quase 20% em 2010. Embora seja uma boa marca, revela ainda para os dias atuais um percentual crítico e continua com os índices mais altos e diferenciados em relação às outras regiões do país.

No campo do semiárido nordestino, essa situação se apresenta ainda com mais intensidade. Os trabalhadores rurais, os pequenos sítiantes e pequenos proprietários rurais foram sistematicamente e historicamente afastados da condição de escolarização. O isolamento provocado pelos baixos investimentos refletiu-se no descaso pela educação do homem do campo. O censo demográfico de 2010, a nível regional, mostra perfeitamente esse quadro preocupante para um país cuja

economia está entre as dez maiores do mundo. É impensável que haja desenvolvimento social com esses números na educação. De qualquer modo, não precisamos apenas de índices e estatísticas: é preciso outra educação, solidária, coletiva, sustentável.

3 A pesquisa quantitativa do OBEJA

A pesquisa quantitativa teve como finalidade traçar o perfil geral da EJA nos seis municípios pesquisados. A pesquisa envolveu a aplicação de 695 questionários em 40 escolas públicas estaduais e municipais, sendo 25 escolas na zona rural e 15 na zona urbana. Desse total, 577 foram de estudantes, 65 de professores, 46 de gestores e 7 de coordenadores. A pesquisa foi iniciada em abril de 2013 e concluída em dezembro do mesmo ano. Neste período, realizou-se a elaboração dos questionários, formação e treinamento da equipe e realização de um pré-teste para aperfeiçoamento dos questionários e aplicação dos mesmos. Essa amostra possui índice de confiança de 95%, adotando uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Foram elaborados quatro modelos de questionários destinados aos estudantes, professores, coordenadores de EJA e gestores das escolas contendo informações sobre o perfil dos entrevistados, os insumos financeiros e a infraestrutura da escola, a gestão pedagógica, o projeto educacional e processos de avaliação, ensino e aprendizagem, formação continuada, demanda e fluxos escolar e relações no espaço escolar (conforme anexo A). Após a aplicação desse instrumento, os dados foram tratados no programa Microsoft Excel 2013, através da construção do banco de dados e das tabelas dinâmicas. Serão enviados em anexo deste relatório cerca de 1.200 (mil e duzentos) gráficos, apresentando um quadro detalhado sobre a EJA no território.

A equipe que participou da pesquisa quantitativa era formada por um bolsista de doutorado (PPGEduC), um de mestrado (PPGEduC), três estudantes de graduação da UNEB de Conceição de Coité e três professores da Educação Básica, dos municípios de Valente, Conceição de Coité e Serrinha. Contamos com a participação de dois estatísticos que nos assessoraram na definição da amostra e na

tabulação dos dados. Os pesquisadores foram treinados no uso de um pacote estatístico SPSS e no Excel para entender a base de dados do INEP, do IBGE e da própria base de dados construída pelo OBEJA.

Após a aplicação, os dados foram compilados, formatados, analisados, comparados e publicados sob a fundamentação dos pressupostos teóricos, metodológicos e técnicos que modelam qualitativa e quantitativamente esse trabalho. A amostra da pesquisa nos seis municípios foi distribuída da seguinte forma:

Tabela 2 - Distribuição de questionários aplicados por municípios

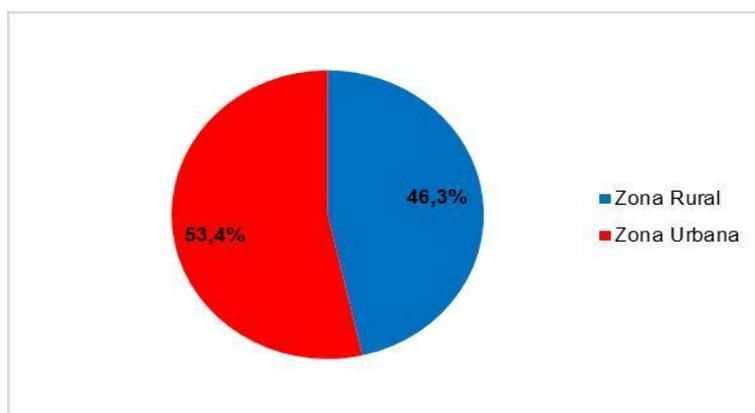
Município	Números de questionários aplicados		
	Discentes	Docentes	Gestores
Araci	150	13	12
Conceição do Coité	78	11	07
Santaluz	70	06	04
São Domingos	09	03	01
Serrinha	234	28	19
Valente	33	04	03
Total	577	65	46

Fonte: OBEJA, 2013

4. Caracterização dos estudantes e suas percepções sobre a escola

A análise dos resultados da pesquisa sobre os estudantes indica que 54% vivem na zona urbana e 46% na zona rural. Do universo pesquisado, verifica-se que 48% deles são do sexo feminino e 52% do sexo masculino (Gráfico 1).

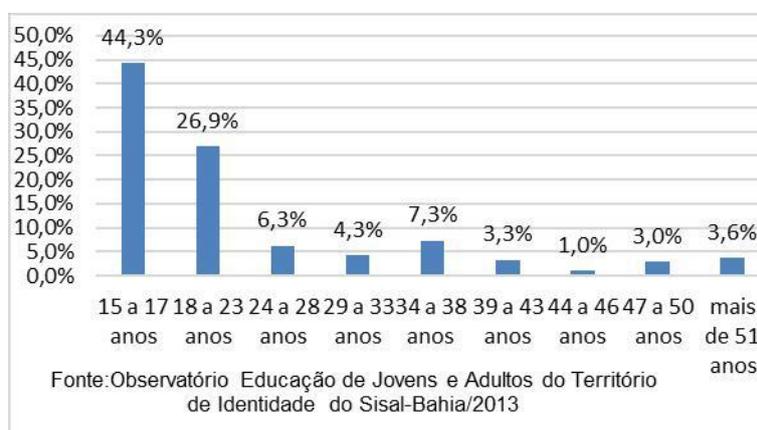
Gráfico 1: Local de Residência dos Estudantes da EJA



Fonte: OBEJA/2015.

Em relação à faixa etária desses estudantes entrevistados, a predominância de adolescentes de 15 a 17 anos é maior, representando um total de 44,3% dos estudantes pesquisados, seguido dos jovens de 18 a 23 anos que compõem um total de 26,9%. O menor percentual pertence aos adultos entre 44 e 46 anos, que representam 1% do universo total (Gráfico 2).

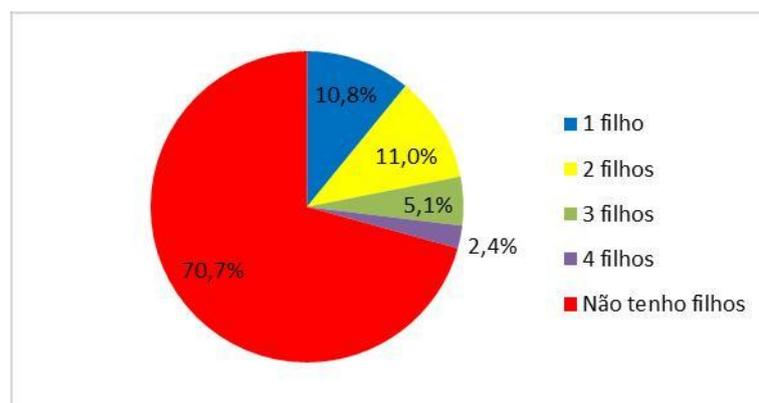
Gráfico 2: Faixa Etária dos Estudantes da EJA



Fonte: OBEJA/2015.

Com referência à categoria cor e raça, 43,3% dos estudantes da EJA se declararam como pardos; 33,4% como negros; 18% como brancos; 2,9% como indígenas; e, 2,3% como amarelos. Verifica-se que os maiores percentuais estão na cor/raça parda, seguido de negros e brancos (Gráfico 3).

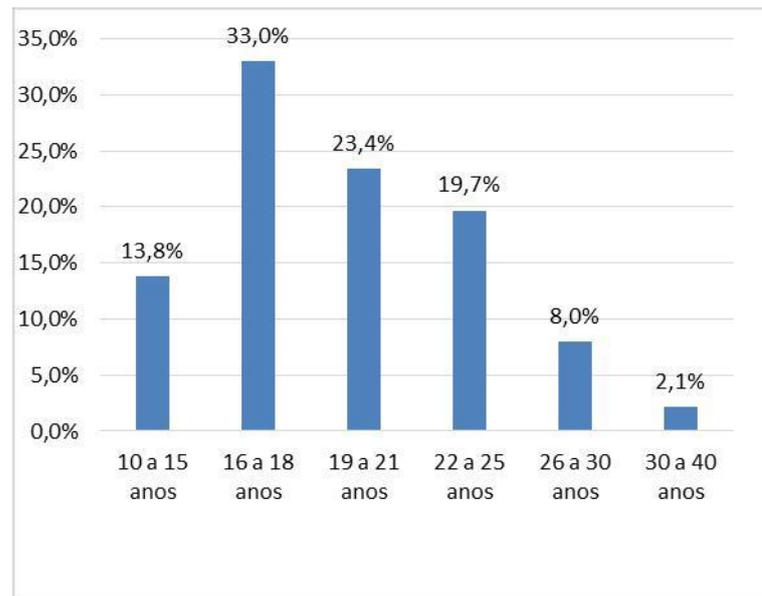
Gráfico 3: Quantidade de Filhos dos Estudantes da EJA



Fonte: OBEJA/2015.

Do universo pesquisado, 70,7% dos estudantes afirmaram que não possuem filhos; 10,8% que possuem apenas um filho; 11% têm dois filhos; 5,1% três filhos; e, 2,4% possuem quatro filhos (Gráfico 4).

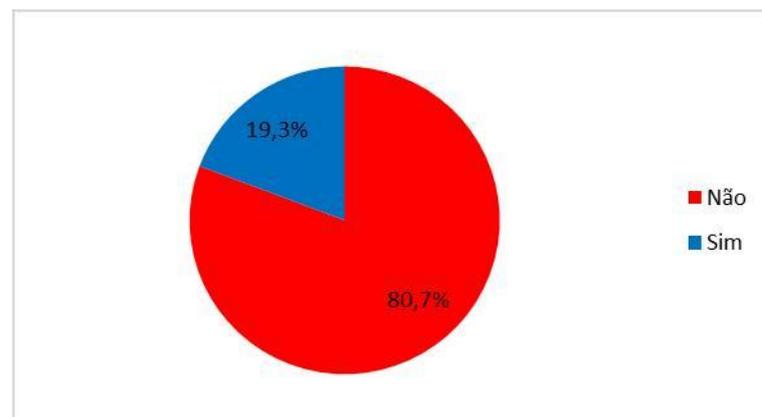
Gráfico 4: Idade que os Estudantes da EJA Foram Mãe ou Pai a 1ª Vez



Fonte: OBEJA/2015.

Ao serem questionados em relação à idade em que foram pais pela primeira vez, a pesquisa revelou um alto percentual (47%) de estudantes que tiveram filhos com menos de 18 anos, sendo que desse percentual, 13,8% são de jovens com menos de 16 anos. O segundo maior percentual, 43%, foram de pais na faixa etária dos 19 aos 25 anos (Gráfico 5).

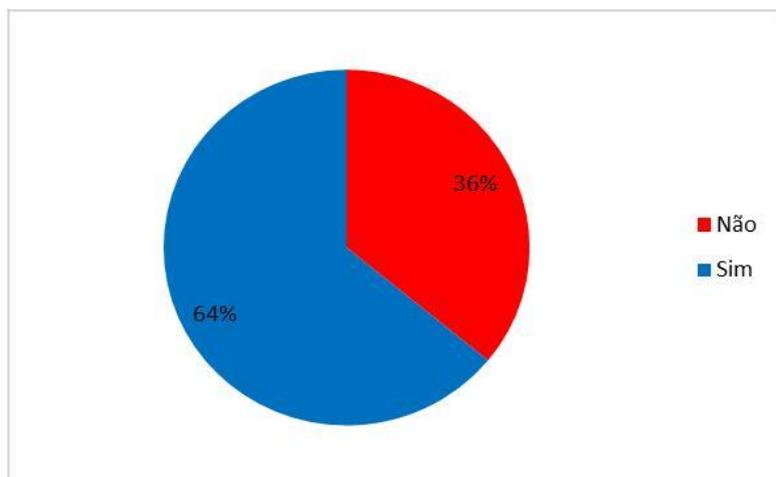
Gráfico 5: Estudantes da EJA que Participam de Movimentos Sociais



Fonte: OBEJA/2015.

Apesar de residirem em um Território de Identidade rico em movimentos sociais, 80,7% dos estudantes da EJA pesquisados não estão vinculados a nenhum desses movimentos e, apenas 19,3% estão ligados a algum tipo de movimento social (Gráfico 6).

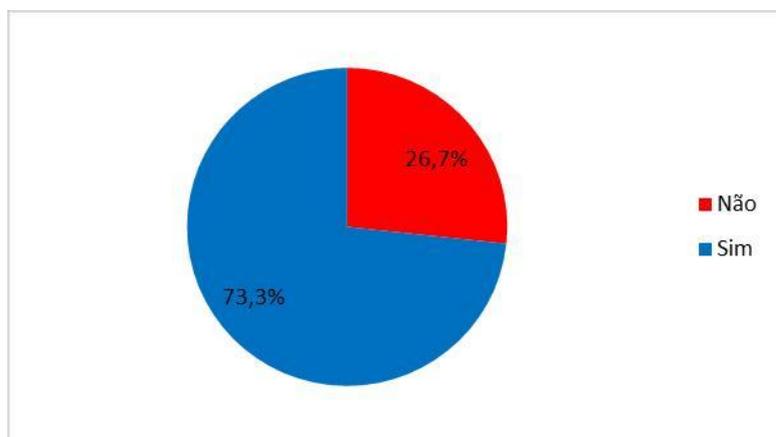
Gráfico 6: Estudantes da EJA que Estavam Trabalhando no Período



Fonte: OBEJA/2015.

Em relação à percepção dos estudantes a respeito da infraestrutura da escola, 73% afirmaram que as salas de aula são bem iluminadas, conforme indica o gráfico 7.

Gráfico 7: A Sala de Aula é Bem Iluminada?

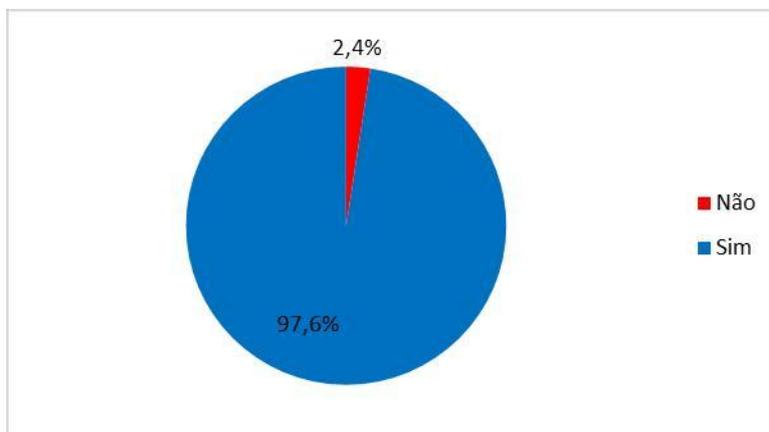


Fonte: OBEJA/2015

Aproximadamente 98% dos entrevistados informaram que em suas escolas é

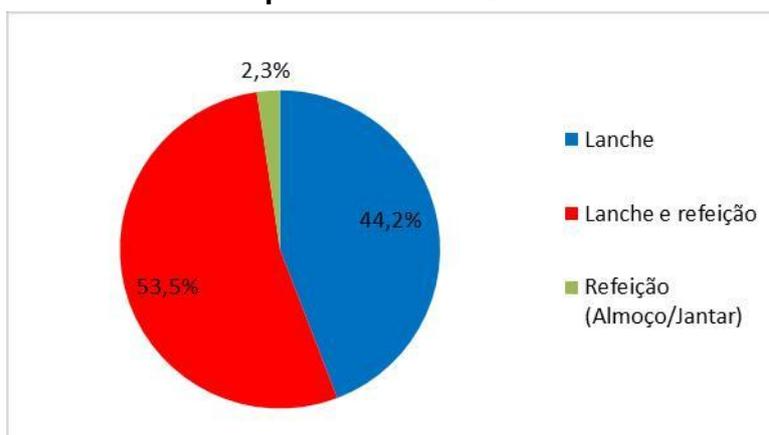
fornecida a merenda escolar. Desse total, 44% revelaram que são servidos apenas lanches na escola, o que vai de encontro à determinação do Ministério da Educação para que sejam servidas duas refeições semanais (Gráficos 08 e 09).

Gráfico 08: A Escola Fornece merenda Escolar?



Fonte: OBEJA/2015

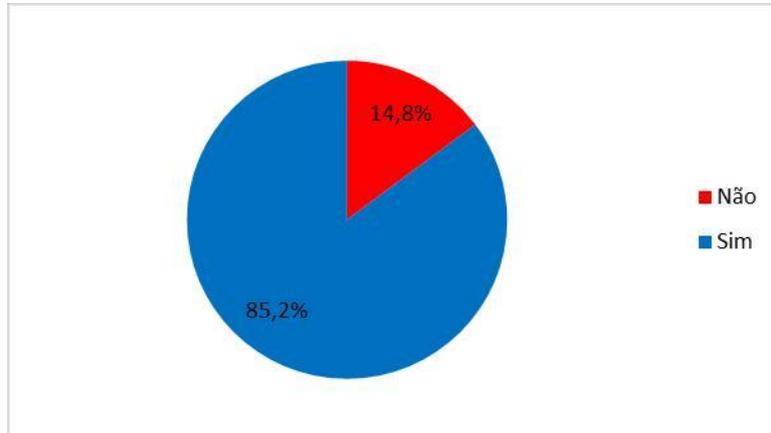
Gráfico 08: Tipo de Merenda Escolar Fornecida



Fonte: OBEJA/2015

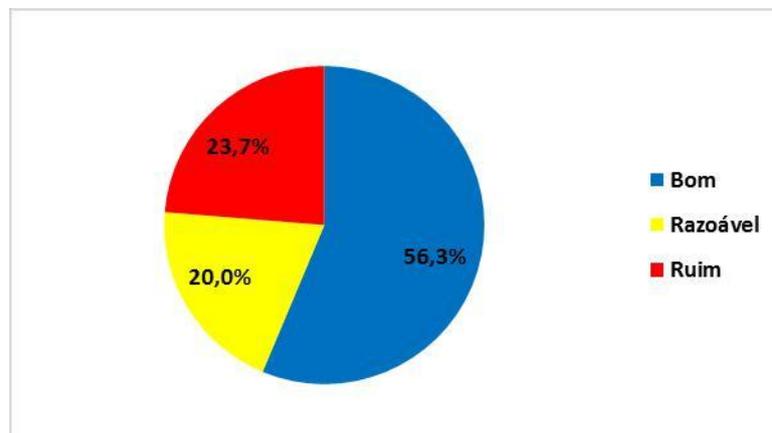
Sobre as condições do mobiliário escolar, cerca de 15% dos estudantes informaram que as escolas não dispõem de cadeiras suficientes para todos. Além disso, 44% indicam que as carteiras se encontram em estado de conservação razoável ou ruim (Gráficos 09 e 10).

Gráfico 09: A escola tem carteiras adequadas e em número suficiente para os educandos?



Fonte: OBEJA/2015

Gráfico 10: Estado em que se encontram as cadeiras.



Fonte: OBEJA/2015

Esses dados representam uma amostra das informações armazenadas no banco de dados do OBEJA. De certo modo, as percepções dos estudantes aqui apresentadas revelam de forma clara as dificuldades enfrentadas por eles nas classes da EJA, no que diz respeito à infraestrutura das escolas, às atividades pedagógicas e às próprias condições socioeconômicas difíceis pelas quais esses estudantes passam. Alguns dados merecem ser observados de forma mais subjetiva em função de as histórias de vida dos estudantes serem marcadas por dificuldades.

Considerações finais

Nos últimos anos, no estado da Bahia, efetivamente, importantes esforços vêm sendo feitos na educação do campo através de movimentos sociais e organizações não governamentais, e também pelo valioso papel das universidades públicas na formação de docentes e discentes voltados para essa área. Com essa experiência em campo da equipe de pesquisadores do OBEJA percorreu-se diversas trilhas buscando alternativas, procurando conhecer o mundo dos signos e sinais comunicacionais que conduzem a EJA no Território Identidade do Sisal.

A caracterização e percepção dos estudantes indicam a necessidade de desenvolver ações com a finalidade de proporcionar maior gestão social no presente Território, mediante a (re) formulação das Políticas Públicas tais como: estímulo ao fomento de museus, teatros, bibliotecas e cinemas; criação dos centros de formação e realização de cursos extra-escolares; investimento adicional na qualificação (infraestrutura, pessoal, relacional e formativa) das escolas municipais e estaduais e melhoria nas suas vias de acesso.

Referências

Arroyo, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BELTRÃO, Selma Lúcia Lira. **A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável**: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal, Bahia. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do censo demográfico 2010** / IBGE. – Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). APAEB Valente – **Desenvolvimento sustentável da região sisaleira** – Valente-Bahia: estudo de caso. Rio de Janeiro: IBAM, 2007. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/estudoapaeb.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.